

**justiça climática e a comunidade escolar:
a conferência nacional infantojuvenil pelo meio ambiente em uma escola
municipal de são paulo**

**climate justice and school community:
the national children and youth conference for the environment at a
municipal school in são paulo**

Daniela Tathiana Soltys
Professora de Ciências
Secretaria Municipal de Educação de São Paulo
São Paulo, SP
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1024-3108>
DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17545601>

Resumo: A realização da etapa escolar da Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA) proporciona debates sobre a emergência climática a partir do contexto do território da comunidade escolar, e o presente trabalho busca contribuir com o registro dessa experiência em uma escola da rede municipal de São Paulo. A etapa foi realizada com estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental, nas aulas de Ciências Naturais. Os estudantes discutiram ideias e potenciais ações para enfrentar problemas socioambientais locais, produzindo registros desses diálogos que resultaram em 14 propostas. As propostas revelam as percepções dos jovens envolvidos sobre desafios do território, como desperdício de alimentos, gestão de resíduos, infraestrutura escolar e acessibilidade e manutenção dos espaços verdes comunitários. Em um processo democrático para a escolha do projeto de ação climática da escola, na primeira votação, cada turma escolheu uma proposta. Na sequência, as três propostas finalistas foram apresentadas para uma segunda votação, e os estudantes elegeram o projeto e seus representantes. A realização da conferência evidenciou a necessidade de garantir tempo e espaço para fomentar estes diálogos na escola com o apoio de práticas educacionais, proporcionando momentos de reflexões e compartilhamentos entre os estudantes, sobre as questões socioambientais da comunidade escolar e sobre como ações no território podem somar para a luta por justiça climática. O processo também reforçou o papel essencial da mediação docente, norteadas pela educação ambiental crítica, como ferramenta para o desenvolvimento do protagonismo juvenil na mobilização e enfrentamento da emergência climática.

Palavras-chave: (1) Conferência infantojuvenil; (2) Projeto de ação climática; (3) Comunidade escolar; (4) Ensino fundamental; (5) Educomunicação.

Abstract: The school-based phase of the National Children and Youth Conference for the Environment (CNIJMA) fosters debates on the climate emergency within the context of the school community's territory. This work aims to contribute by documenting this experience at a municipal school in São Paulo. The conference was held with 8th-grade middle school students during their Natural Sciences classes. The students discussed ideas and potential actions to address local socio-environmental problems, producing records of these discussions that resulted in 14 proposals. The proposals reveal the perceptions of challenges facing the territory by the young people involved, including food waste, waste management, school infrastructure, and accessibility and maintenance of community green spaces. In a democratic process to select the school's climate action project, each class chose one proposal in the first round of voting. Subsequently, the three finalist proposals were presented for a second voting, and the students elected the project and their representatives. The conference highlighted the need to ensure time and space to foster these dialogues in schools, supported by educommunicative practices. This provides opportunities for the students to reflect and share socio-environmental issues related to the school community and how local actions can contribute to the climate justice struggle. It also reinforces the essential role of teacher mediation oriented by critical environmental education as a guide for developing youth leadership in mobilizing and confronting the climate emergency.

Keywords: (1) Children's and Youth Conference; (2) Climate Action Project; (3) School Community; (4) Elementary School; (5) Educommunication.

CNIJMA e a justiça climática

A emergência climática precisa ser problematizada e intensamente discutida pelos diferentes setores da sociedade, inclusive por meio do diálogo e implementação efetiva de ações e políticas voltadas à mitigação e adaptação aos impactos socioambientais decorrentes. A escola tem papel central nessas problematizações e discussões, e é fundamental encontrar espaços de fomento desses diálogos com os estudantes e demais membros da comunidade escolar.

A VI Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA) é um dos eventos capazes de fomentar essas práticas com a comunidade escolar. A edição de 2025 tem como tema “*Vamos Transformar o Brasil com Educação e Justiça Climática*”. Segundo o Ministério da Educação:

A VI Conferência é um processo de mobilização de todas as escolas brasileiras que possuem pelo menos uma turma dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano). Trata-se de um convite para que desenvolvam jornadas pedagógicas em prol da justiça climática. Nesses tempos de enfrentamento às emergências resultantes das mudanças do clima, há necessidade de a Educação Ambiental incentivar diálogos e formação de capacidades sobre tais questões (BRASIL 2024: 7).

A realização da conferência escolar tem potencial para promover o engajamento dos estudantes na reflexão e elaboração de projetos de ação climática que podem contribuir para ampliar a compreensão sobre a emergência climática em uma perspectiva que inclui os problemas socioambientais do território. Essa abordagem busca evidenciar a importância da justiça climática no enfrentamento do racismo ambiental. Como discutido por participantes da *Formação em Racismo Ambiental e Emergência Climática*, não há justiça climática efetiva se ela não enfrentar as desigualdades raciais que estruturam a realidade de muitos territórios vulnerabilizados no Brasil (BELMONT 2023). Essa compreensão reforça o papel da escola como espaço estratégico para o debate socioambiental crítico, no qual as contribuições dos estudantes e da comunidade escolar como um todo possam ser valorizadas na construção coletiva de ações de mitigação e adaptação, e de lutas pela justiça climática.

A realização da CNIJMA também coaduna com o contexto do ano de realização da 30ª Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), no Brasil, em Belém - PA. As comunidades escolares podem trazer valiosas contribuições para o debate sobre emergência e justiça climática nesse importante evento internacional, uma mobilização necessária em âmbitos local, regional e global.

As práticas educacionais são importantes aliadas na mobilização juvenil, promovendo reflexões críticas relacionadas à emergência climática

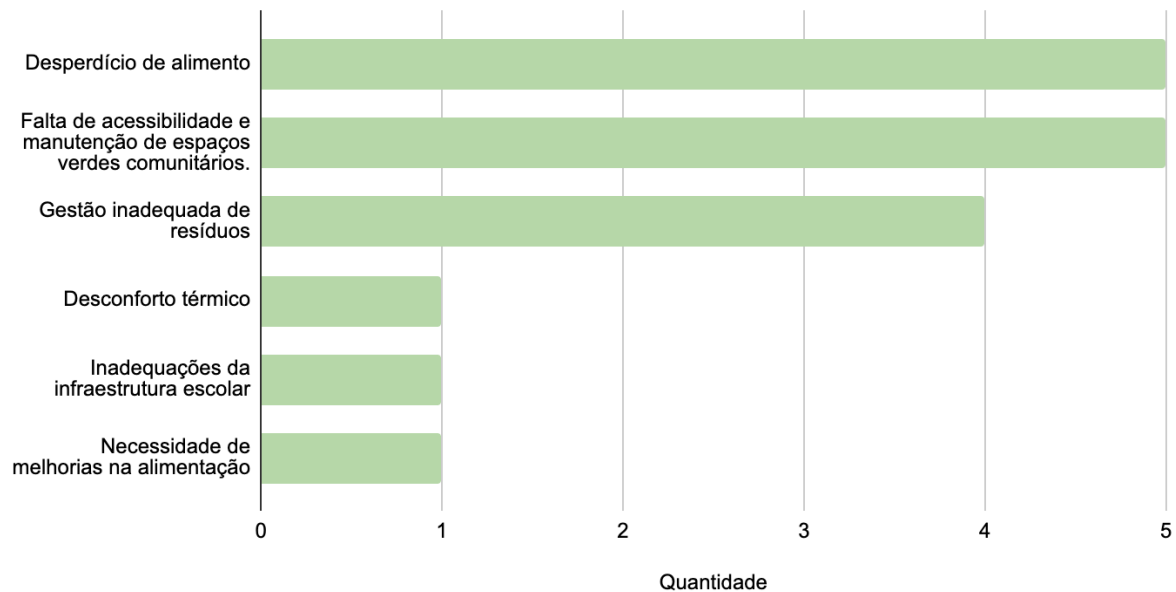
e um ambiente dialógico, participativo e democrático para o compartilhamento destas ideias e ações no território. De acordo com Soares e Olivo (2024), práticas educacionais desenvolvidas em contextos escolares podem funcionar como catalisadoras da educação climática crítica, ao articular mediação comunicativa com leitura e análise dos discursos midiáticos sobre eventos extremos. Essas estratégias permitem que estudantes compreendam as mudanças climáticas em maior profundidade, rompendo com a superficialidade sensacionalista das mídias convencionais (SOARES & OLIVO 2024). O presente trabalho traz um relato de experiência sobre a realização da etapa escolar da CNIJMA, em uma escola municipal da cidade de São Paulo.

O processo da conferência em uma escola municipal

O processo da conferência teve início na escola com o levantamento de interesses dos estudantes em participar da VI CNIJMA. Um elemento central da conferência é que seja de jovens para jovens, por isso o primeiro passo envolve necessariamente a livre escolha dos estudantes em participar. Para isso, a docente explicou para as turmas o histórico da conferência, o tema deste ano e a conexão com a COP30. Também explicou quais eram as etapas e os principais objetivos. A partir da explicação inicial, a maioria dos estudantes demonstrou interesse em participar da conferência. Todas as etapas, incluindo essa, foram realizadas de forma voluntária pelos estudantes. Na sequência, houve a articulação com o Grêmio e a Imprensa Jovem, a fim de envolver esses coletivos estudantis na concepção e realização da conferência.

Nos momentos iniciais dedicados ao processo da conferência, foram apresentados alguns dos materiais disponibilizados no portal da VI CNIJMA (BRASIL 2025). Os estudantes puderam se organizar livremente em grupos para realizar uma troca com colegas sobre os problemas socioambientais que reconhecem em seu território. Em seguida, dialogaram sobre possíveis ações que poderiam ser realizadas para o enfrentamento do problema definido pelo grupo. Foram então orientados a registrarem suas propostas em uma folha de inscrição da proposta na etapa escolar da conferência, incluindo: nome dos integrantes, título da proposta e resumo. Foram apresentadas 14 propostas, e a **Figura 1** lista os problemas socioambientais selecionados pelos grupos. Em algumas propostas, mais de um problema socioambiental foi identificado, e a quantidade de ocorrências também está representada abaixo.

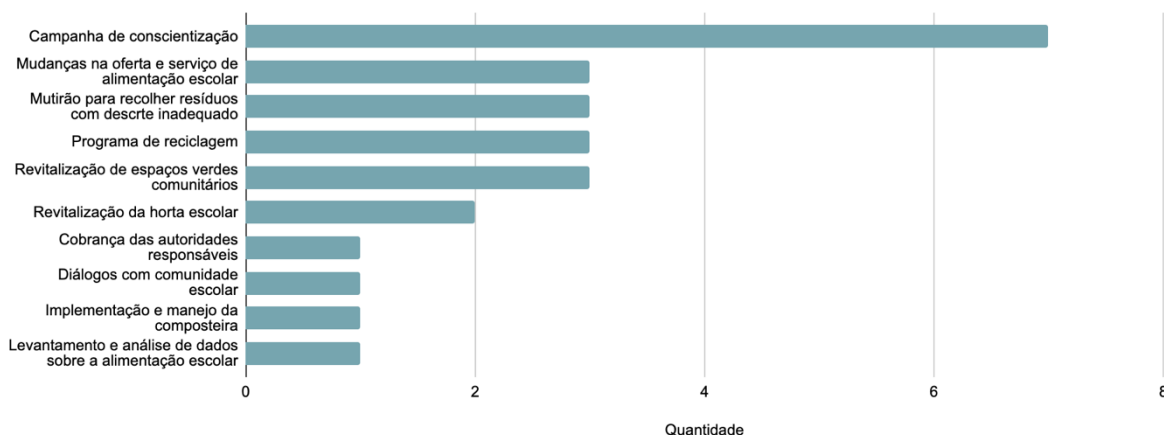
Figura 1 - Problemas socioambientais elencados pelos grupos de estudantes (N=14).



Fonte: A autora, 2025.

O desperdício de alimento na merenda escolar foi elencado em 5 propostas, bem como questões relacionadas à falta de acessibilidade e manutenção dos espaços verdes coletivos, principalmente da praça localizada ao lado da escola. A gestão inadequada de resíduos, incluindo o descarte incorreto e o acúmulo de lixo em espaços verdes como o da praça, foi apontada em 4 propostas apresentadas. Conforme apontam os dados das escolas municipais de São Paulo, o descarte inadequado de resíduos sólidos, aliado à vulnerabilidade social, é um dos principais problemas socioambientais enfrentados pelas unidades escolares do município (SHIBATA et al., 2023). Os estudantes também propuseram algumas ações para o enfrentamento dos problemas socioambientais elencados, sistematizadas na **Figura 2**.

Figura 2 - Ações propostas pelos grupos de estudantes (N=14).



Fonte: A autora, 2025.

Ações relacionadas às campanhas de conscientização foram as mais recorrentes, estando presentes em 7 das 14 propostas. A revitalização de espaços verdes (com destaque para a praça e espaços internos da escola), mutirões para recolher resíduos com descarte inadequado, implementação de programa de reciclagem e revitalização da horta escolar foram mencionados em mais de uma proposta.

Cada grupo escolheu um representante, que socializou a proposta com a turma. Após as apresentações, os estudantes realizaram uma primeira rodada de votação para eleger a proposta que representaria o projeto de ação climática da turma. Na escola, há três turmas no 9º ano; por isso, foram selecionados três projetos finalistas.

Figura 3 - Estudante votando na eleição da proposta finalista



Fonte: A autora, 2025.

Os representantes dos projetos finalistas gravaram um vídeo explicando os principais aspectos, incluindo o problema socioambiental e as ações propostas. Os vídeos foram exibidos para todas as turmas, seguidas de uma segunda rodada de votação, agora para escolha do projeto que representará a escola, valorizando aqui e ao longo do evento como um todo práticas educacionais em um processo democrático de reflexão e discussões de questões socioambientais relacionadas ao território.

Figura 4 - Exibição do vídeo de uma das propostas finalistas



Fonte: A autora, 2025.

O projeto escolhido, intitulado “*Escola verde*”, aborda como problema central a necessidade de melhorias nos espaços verdes da escola e também de seu entorno, como a área da praça ao lado da unidade escolar. Ressalta a importância dos espaços verdes para cobertura vegetal, para atividades sociais, além de sua contribuição para a regulação do microclima local. Dentre os principais objetivos estão a revitalização de espaços verdes da escola e de seu entorno (como a horta e a praça) e a melhoria da gestão de resíduos, com a expectativa de promover a valorização dos espaços verdes comunitários no território escolar. O projeto de ação climática selecionado na etapa escolar da conferência foi registrado no VI CNIJMA e também submetido ao *Comitê Organizador Estadual de São Paulo*.

Perspectivas e considerações finais

As ações planejadas no projeto selecionado incluem entrevistas com a comunidade escolar para elencar as necessidades de revitalização dos

espaços verdes e outras percepções sobre problemas socioambientais do território, pesquisa sobre manejo de hortas e espaços verdes comunitários, implementação de melhorias na horta e demais áreas verdes, manejo da composteira, e campanha de conscientização e mobilização para a importância desses espaços verdes.

Pretende-se que as ações planejadas sejam desenvolvidas ao longo deste ano, mas que não se limitem ao presente período letivo e sim que tenham continuidade, estabelecendo planos de ação referenciados que envolvam a comunidade escolar. Para isso, é necessário envolver, além dos estudantes do 9º ano, os demais estudantes, o Grêmio estudantil, a Imprensa Jovem, docentes e outros trabalhadores da educação, e a gestão escolar. O envolvimento da comunidade escolar é essencial para a continuidade do projeto, assim como a articulação com setores governamentais, como a subprefeitura, responsável pela manutenção da praça.

Uma das perspectivas do projeto de ação climática é articular ações previstas com o desenvolvimento de Trabalhos Colaborativos de Autorias (TCAs). O TCA é uma proposta pedagógica da rede municipal de ensino de São Paulo que busca integrar conhecimentos por meio da elaboração de projetos investigativos, desenvolvidos pelos estudantes a partir de temas socialmente relevantes. O TCA valoriza o protagonismo juvenil, a interdisciplinaridade e o vínculo com o território, incentivando a produção de conhecimentos com sentido para os sujeitos envolvidos e a articulação entre escola e comunidade (SÃO PAULO 2024).

Também é essencial envolver as práticas educacionais durante todo o processo, das reflexões iniciais à continuidade do projeto. Segundo Brianezi & Tate (2025), as práticas educacionais no Brasil têm se estruturado como estratégias de educação climática que resistem à lógica instrumental e predatória sobre as vidas humanas e não humanas. As autoras destacam que essas práticas são fundamentais para reescrever narrativas sobre emergência climática, contribuindo para o processo decolonial de ruptura paradigmática na comunicação, sendo capazes de ampliar perspectivas e fortalecer o engajamento socioambiental no contexto escolar.

Durante o desenvolvimento da proposta também é necessário que a mediação docente seja norteada pela educação ambiental crítica, problematizando relações de poder e desigualdades socioambientais nas práticas escolares (SILVA & CAMPINA 2012). Segundo essas autoras, essas abordagens pedagógicas favorecem a participação, reflexão ética e transformação social. Para o engajamento e mobilização estudantil, em prol da justiça climática e do enfrentamento da emergência climática, são essenciais espaços de reflexões e diálogos como os promovidos pela CNIJMA, aliados às práticas educacionais e na perspectiva da educação ambiental crítica.

Referências

BELMONT, Mariana (Org.) (2023). *Racismo ambiental e emergências climáticas no Brasil*. São Paulo, Instituto de Referência Negra Peregum; Oralituras. Disponível em: <https://peregum.org.br/publicacao/racismo-ambiental-e-emergencias-climaticas-no-brasil/> Acesso em: 15/09/2025.

BRASIL - Ministério da Educação (2024). *Passo a passo para a conferência de meio ambiente na escola: vivendo a diversidade na escola*. Brasília, Ministério da Educação; Ministério do Meio Ambiente, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cnijma/passo_a_passo_escola_vicnijma_v18_pag_simples.pdf. Acesso em: 29/07/2025.

_____. (2025). *Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente – CNIJMA*. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cnijma> Acesso em: 29/07/2025.

BRIANEZI, T. & TATE, J.C.M. (2025). “Fighting for climate environmental education in Brazil: educommunicative perspectives against the instrumentalization of human and nonhuman lives”, *Frontiers in Communication, Sec. Science and Environmental Communication*, v. 10. DOI: 10.3389/fcomm.2025.1538492.

SÃO PAULO - Secretaria Municipal de Educação (2024). *Trabalho Colaborativo de Autoria – TCA: Caderno do Professor Orientador*. São Paulo: SME, 2024. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1mnQPWEKlz8y1ZwCX1atY-9B-nM4JyHgm/view> Acesso em: 29/07/2025.

SHIBATA, A.Y.C.; DE MOURA SILVA, G.; HAMADA, C.A.; SILVA, E.M. & SILVA, R.L.F. (2023). “Desafios e possibilidades da Educação Ambiental nas escolas públicas: o caso da cidade de São Paulo”. *Bio-grafía. Escritos sobre la Biología y su Enseñanza*. Edición Extraordinaria, v. 1: 3155-3163.

SILVA, R.L.F. & CAMPINA, N.N. (2012). “Concepções de educação ambiental na mídia e em práticas escolares: contribuições de uma tipologia”. *Pesquisa em Educação Ambiental*, São Paulo, v. 6, n. 1: 29–46. Disponível em: <https://revistas.usp.br/pea/article/view/55932> Acesso em: 29/07/2025.

SOARES, I.O. & OLIVO, V.C. (2024). “Educomunicação socioambiental: mediação em uma escola federal de educação básica”, *Revista Brasileira de Estudos da Mídia*, v. 2, n. 2: 22–37. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/RevisBraEstudoMidia/article/view/37138>. Acesso em: 29/07/2025.

Sobre a autora

Daniela Tathiana Soltys é Bióloga e doutora pela Universidade de São Paulo, possui experiência na pesquisa, docência e produção de material didático na educação básica, ensino superior, educação a distância e ensino de ciências. Atualmente é professora de Ciências na SME de São Paulo e bolsista EP-VI no projeto "Como a educomunicação pode ampliar e qualificar as práticas de educação ambiental climática na educação básica no Brasil?".